Parcelas			Edifício						
Número Parcela	Área Total (m ²)	Tipologias	Área Máxima Implantação (m ²)	Número Máximo de Fogos	Número Máximo de Pisos	N.º Pisos abaixo cota soleira	Estacionam/ Privado	Anexos (m ²)	Área Máxima Construção (m ²)
122	772	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
123	772	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
124	772	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
125	772	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
126	772	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
127	772	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
128	800	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
129	800	H.U.	150	1	2	0	1	60	300
Totais	293.219		52.850	141			107	---	68.687

HU — Habitação Unifamiliar

Hc — Habitação e Comércio

Equip — Equipamentos

Estac/ — Estacionamento

(dois fogos ou um fogo e comércio)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 331/2003

de 24 de Abril

Manda o Governo, pela Ministra de Estado e das Finanças, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos, o seguinte:

1.º O imposto municipal sobre veículos relativo ao ano de 2003 será liquidado e pago durante o prazo que decorre de 2 de Maio a 16 de Junho do mesmo ano, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2.º Se o uso ou a fruição dos veículos se verificar posteriormente ao prazo fixado no número anterior, a liquidação e cobrança do imposto efectuar-se-á antes da ocorrência daqueles factos.

3.º Relativamente aos casos abaixo indicados, o pagamento do imposto efectuar-se-á nos prazos seguintes:

- Tratando-se de veículos novos, nos oito dias imediatos à data da aquisição, quando devidamente documentada, sem prejuízo de outro prazo mais dilatado estabelecido no Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos, em conformidade com o n.º 2 do seu artigo 9.º;
- Tratando-se de veículos de matrícula nacional saídos do País em data em que ainda não estava à cobrança o imposto, nos oito dias seguintes àquele em que regressem ao País, desde que a entrada seja devidamente comprovada.

Pela Ministra de Estado e das Finanças, *Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias*, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, em 4 de Abril de 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Despacho Normativo n.º 18/2003

O Despacho Normativo n.º 2/2000, de 10 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Despachos Normativos n.ºs 8/2000, de 1 de Fevereiro,

43/2000, de 13 de Outubro, 12/2001, de 9 de Março, e 17/2002, de 3 de Abril, fixou o actual regime nacional de atribuição de prémios ao sector da carne de bovino, em execução do disposto nos Regulamentos (CE) n.ºs 1254/99, do Conselho, de 17 de Maio, e 2342/99 da Comissão, de 28 de Outubro.

Contudo, apenas foram definidos até ao corrente ano os valores referentes aos pagamentos complementares previstos no artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 1254/99, do Conselho, de 17 de Maio, pelo que se torna agora imprescindível definir as regras relativas aos referidos pagamentos para o próximo período.

Por outro lado, considerou-se ainda necessário introduzir alguns ajustamentos nas actuais ponderações utilizadas para a atribuição da reserva nacional de direitos ao prémio à vaca em aleitamento, com o objectivo de privilegiar a atribuição dos direitos destinados aos animais de raças autóctones e de forma a abranger outras produções não contempladas inicialmente.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 45.º do Regulamento (CE) n.º 2342/99, da Comissão, de 28 de Outubro, determino o seguinte:

1.º O n.º 8.º do Despacho Normativo n.º 2/2000, de 10 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

«8.º — 1 — O conjunto de direitos que compõem a reserva nacional divide-se em dois lotes, sendo um de 20%, cujas regras de atribuição serão anualmente fixadas por meu despacho, e outro de 80%, cuja atribuição deve ser feita de acordo com os critérios e pontuações a seguir enunciados:

- Exploração pertencente a uma região desfavorecida, tal como definidas na Portaria n.º 377/88, de 11 de Julho — 2 pontos;
- Exploração pertencente a uma região de montanha, tal como definidas na Portaria n.º 377/88, de 11 de Julho — 1 ponto;
- Produtores que tenham apresentado um projecto de investimento aprovado no âmbito dos fundos comunitários estruturais de apoio ao sector da carne de bovino, num quadro de viabilidade económica que tenha em conta o prémio à vaca em aleitamento — 3 pontos;
- Produtores que tenham abandonado definitiva e totalmente a produção leiteira no ano anterior — 2 pontos;

- e) Jovem agricultor — 2 pontos;
- f) Produtores não titulares de direitos ao prémio — 2 pontos;
- g) Produtores que se candidatem a direitos ao prémio destinados a animais de raças autóctones previamente inscritos no respectivo livro genealógico ou registo zootécnico — 4 pontos;
- h) Produtores que produzam e comercializem carne de bovino, no âmbito de cadernos de especificações aprovados ao abrigo do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1760/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Julho — 2 pontos;
- i) Produtores integrados em organizações que produzam e comercializem carne de bovino sujeita ao regime das indicações geográficas, das denominações de origem ou das especialidades tradicionais, no âmbito dos Regulamentos (CEE) n.ºs 2081/92 e 2082/92, do Conselho, de 14 de Junho — 2 pontos;
- j) Produtores que produzam e comercializem carne de bovino em modo de produção biológica, nos termos do Regulamento (CEE) n.º 2092/91, do Conselho, de 24 de Junho — 2 pontos.

2 — Não são cumuláveis os pontos obtidos em resultado da aplicação dos critérios definidos nas alíneas i) e j) com os do critério definido na alínea h) do n.º 1.

3 — Cada candidatura é classificada de acordo com o somatório de pontos atribuído, procedendo-se posteriormente à ordenação dos candidatos.

4 — Em caso de rateio na atribuição dos direitos ao prémio, este será feito dentro das candidaturas com o mesmo número de pontos.

5 — Aos produtores que preencham as condições do critério previsto na alínea c) e que se candidatem a mais direitos ao prémio do que os previstos no referido programa de investimento, apenas poderão ser atribuídos os direitos ao prémio até ao limite referido no projecto.

6 — Os produtores a quem sejam atribuídos direitos ao prémio à vaca em aleitamento no âmbito da reserva nacional, tendo beneficiado da ponderação relativa às raças autóctones, ficam impedidos, nos três anos subsequentes à atribuição dos direitos, de utilizarem esses direitos com animais que não de raças autóctones, sob pena de reintegração na reserva dos direitos indevidamente utilizados, sem direito a qualquer compensação.

7 — O Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar e o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica deverão enviar ao Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, no âmbito das respectivas atribuições, até ao dia 15 de Julho de cada ano, a listagem dos produtores e das organizações que, nos seis meses anteriores, tenham comercializado carne de bovino nos termos das alíneas h), i) e j) do n.º 1.»

2.º É aditado ao n.º 19.º-A do Despacho Normativo n.º 2/2000, de 10 de Janeiro, um novo número, com a seguinte redacção:

«19.º-A — 1 — .....
 2 — .....
 3 — .....
 4 — .....

5 — É aplicável ao ano de 2003 o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3, salvo no caso das vacas de raças autóctones, bem como das novilhas de substituição inscritas por produ-

tores que solicitem menos de quatro prémios à vaca em aleitamento, relativamente às quais os prémios suplementares referidos nos n.ºs 1 e 2 terão o valor de € 50.»

3.º — 1 — Não é aplicável, durante o ano de 2003, aos bovinos machos e novilhas a partir dos 8 meses de idade o disposto no n.º 19.º do Despacho Normativo n.º 2/2000, de 10 de Janeiro.

2 — O valor unitário do complemento ao prémio aí previsto corresponde ao quociente entre o montante global de 6,2 milhões de euros, deduzido dos montantes pagos ao abrigo do n.º 19.º-A do mesmo despacho, e o número total de prémios ao abate pagos no ano de 2003, com excepção dos prémios ao abate pagos às categorias excluídas nos termos do número anterior.

4.º O presente despacho entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 25 de Março de 2003. — O Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, *Armando José Cordeiro Sevinate Pinto*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portaria n.º 332/2003

de 24 de Abril

A requerimento da Cruz Vermelha Portuguesa, entidade instituidora da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, reconhecida, ao abrigo do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto), pela Portaria n.º 557/93, de 31 de Maio, conjugada com o Decreto-Lei n.º 44/2003, de 13 de Março;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro;

Considerando o disposto no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, aprovado pela Portaria n.º 268/2002, de 13 de Março;

Ouvida a Ordem dos Enfermeiros;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março) e nos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia na Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa.

2.º

Regulamentação

O curso cujo funcionamento é autorizado pela presente portaria rege-se pelo disposto no Regulamento